

A INCLUSÃO DA PESSOA AUTISTA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Alana Dinaele Oliveira Da Rocha ¹

Nayla Alexandra Santos Brito ²

Marcelo Luiz Bezerra Da Silva ³

RESUMO

O propósito desta pesquisa é analisar como a pessoa autista está incluída no ambiente educacional, a partir desta ponderação, questiona-se: existem obstáculos a serem transpostos para a inclusão da pessoa autista no sistema educacional formal de ensino? A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, com o intuito de identificar: a) quais os principais obstáculos de inclusão da pessoa autista no ensino regular, a partir da prática docente, b) compreender a importância da formação continuada de professores e em como a parceria do(a) professor(a) do ensino regular e do(a) profissional do AEE é essencial. O referencial teórico e metodológico que direcionou o estudo, fundamentou-se na Análise de Discurso de linha francesa, que busca compreender os discursos dos sujeitos e a sua relação de sentido da linguagem com o mundo que o cerca. Em vista disso, não cabe ao investigador deste estudo, considerar somente sua interpretação. Nesse sentido, como o estudo está em andamento, utilizaremos como técnica de pesquisa, entrevistas semiestruturadas com uma professora do ensino regular e uma profissional do AEE, a partir dos dados que serão coletados durante as entrevistas, será possível averiguar quais desafios são enfrentados em sala, com o intuito de compreender como acontece o processo educacional do aluno autista? visto que, na realidade, ainda é necessário um reforço para que a inclusão se faça presente, nas instituições educacionais.

Palavras-chave: Inclusão escolar, autismo, análise de discurso de linha francesa.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como premissa principal a problematização da inclusão de crianças autistas no ensino regular, visto que em muitas escolas a pessoa autista ainda não é incluída no processo educacional da instituição. O sistema de educação deve se ajustar para receber os alunos autistas, proporcionando um ambiente acolhedor e inclusivo, assegurando seus direitos garantidos por lei.

Segundo a Constituição Federal De 1988:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988).

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Pará - UEPA, alanadinaele@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Pará - UEPA, naylaalexandra2002@gmail.com;

³ Professor Doutor/UNESP, marcelo.bezerra@uepa.br

Desta maneira, mesmo diante de leis e políticas públicas de acesso à educação, alunos autistas ainda encontram obstáculos acerca de sua inserção em âmbito escolar, como por exemplo, as práticas didático pedagógicas que são utilizadas na aula. Isto é consequência diretamente da falta de preparo e conhecimento de alguns professores ao trabalhar o transtorno do espectro autista em sala, necessitando, portanto, de uma formação continuada que contemple mecanismos para diminuir as práticas excludentes (Ponce e Abraão, 2019).

As organizações públicas visam minimizar tais empecilhos advindos da educação básica para com os alunos autistas. Com isso, o Ministério da Educação formulou após ampla consulta pública, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI, com o intuito de obter o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os educandos, dando oportunidades de inclusão no ambiente educativo (Pinheiro e Paloma, 2022).

Neste sentido, o PNEEPEI:

Acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, tendo como objetivo principal incluir os alunos nas práticas educacionais, promovendo atividades que permitam a participação da criança autista. (MEC/SEESP, 2007).

Através desta Política, instituiu-se o Atendimento Educacional Especializado - AEE, regulamentado pelo Decreto 6.571, sendo complementar/suplementar, não substituindo o ensino regular.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (MEC, 2008).

Além disso, é de suma importância a colaboração entre professores do ensino regular e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com ausência desta cooperação, os educadores não conseguem pensar em formas e estratégias para promover a aprendizagem dos alunos, o que resultará na sua exclusão (Soares, 2021).

Em vista disso, Martins (2012, p. 35) intenta que:

[...] construir uma escola numa perspectiva inclusiva que atenda adequadamente a estudantes com diferentes características, potencialidades e ritmos de aprendizagem – é um dos grandes desafios dos sistemas educacionais.

Orienta-se que a inclusão escolar ocorra por todo corpo pedagógico, porém, para que estejam aptos a trabalhar com as pessoas autistas e demais alunos da Educação Especial, a formação continuada de docentes é uma estratégia fortalecedora do engajamento ao AEE visto que há um grande desafio a ser encarado em sala de aula, quando não se tem uma base

suficiente, pois, muitas vezes somente a graduação não basta para formar estes docentes. Nesta perspectiva, observa-se que a instituição educacional necessita atender a todos, sem exceção, considerando assim as especificidades de cada estudante (Bragança; Lione e Cavalcanti, 2023).

O autismo está incluso na educação especial, que é uma modalidade da educação. A inclusão é uma realidade atual do século XXI, pois nos antepassados a pessoa autista não era incluída, eram excluídos da sociedade (Silva, 2010).

Logo após a segregação, inseriu-se o processo de integração nas escolas, onde os alunos precisavam mostrar que eles deveriam estar ali, ou seja, deveriam adaptar-se ao meio. A inclusão, com o intuito de promover o desenvolvimento do estudante no espaço escolar, adapta o local para que todos sejam respeitados e o ensino seja de qualidade (Silva, 2010).

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento, o qual perdura por toda a vida, pois não há cura. Há especulações de que ele decorre por meio ambiental, outras teorias supõem que o surgimento advém de causas genéticas, que ocorrem devido a idade avançada do pai ou da mãe, porém, atuais evidências científicas, apontam que o autismo não tem causa e muitas especulações seriam apenas mitos (Varela e Machado, 2016).

Existem possíveis formas de tratamentos vinculados ao autismo, tais como: fármacos, terapias ocupacionais, auxílio pedagógico para o desenvolvimento do indivíduo, como também, a terapia comportamental aplicada ou Análise do Comportamento Aplicada - ABA, cujo método busca alcançar um padrão mais próximo de “normalidade”, para que a criança se adeque a sociedade, como forma de tornar-se “normal”.

À vista disso, há muitas especulações sobre suas causas, em princípio, serem genéticas ou ambientais, porém, sabe-se que as abordagens científicas sobre o fundamento do autismo, não são conclusivas (Góes, 2021).

Segundo o DSM 5 - Manual de Diagnóstico Estatísticos de Transtornos Mentais e o CID 10 - Classificação Internacional de Doenças, classificam o autismo como uma doença, mostrando as características de comportamento, interação e cognição. Dessa maneira, podemos verificar que estes manuais se baseiam em definições amplamente voltadas para a área clínica, a qual, generalizam que todos possuem o mesmo desempenho diante de suas relações sociais e rendimento escolar. Sendo assim, é inviável afirmarmos que o autismo está relacionado a uma doença, pois sabemos que não há pesquisas científicas que evidenciem tal alegação (Góes, 2021).

Afinal, é viável tais transformações para que se efetue a inclusão da pessoa autista no espaço escolar, mudanças estas que contribuirão satisfatoriamente para o aluno na instituição de ensino, e conseqüentemente, para sua vida adulta. A proposta então é desmistificar tais pré-conceitos advindos da sociedade, onde se rotula a pessoa autista, de modo a estereotipar seus comportamentos e características, tal como os manuais o descrevem, desafios estes que serão evidenciados nesta pesquisa.

Os motivos pelos quais nos despertou interesses em pesquisar sobre este tema se deu primeiramente, por observar que a educação inclusiva ainda é escassa, visto que, hodiernamente, para a inclusão estar presente, necessita-se de um conjunto de estratégias e atitudes vinculadas ao professor e seu ensino didático em sala, visando a inserção de todos. (Lemos; Nunes e Salomão, 2020).

Diante desta realidade, notamos a necessidade de debater sobre estas questões, cujo objetivo desta pesquisa é identificar os principais obstáculos de inclusão da pessoa autista no ensino regular a partir da prática docente, como também, evidenciar se a formação continuada colabora na diminuição das práticas excludentes, e em como a parceria do(a) professor(a) do ensino regular e do(a) profissional do AEE é essencial para trazer possibilidades de reformulações das práticas pedagógicas excludentes, a fim de contribuir com a inclusão da pessoa autista no espaço escolar.

METODOLOGIA

Com o intuito de realizarmos uma análise acerca da pessoa autista no ambiente educacional, utilizamos o método de pesquisa qualitativa, onde se reconhece as variadas interpretações surgidas em um estudo aprofundado. Para Yin (2016, p. 28), “Pesquisa qualitativa difere por sua capacidade de representar as visões e perspectivas dos participantes de um estudo. Capturar essas perspectivas pode ser um propósito importante de um estudo qualitativo.”

Em vista disso, encontrou-se nas plataformas Scielo e Google Acadêmico uma ampla variedade de estudos e pesquisas que envolvem a temática abordada neste estudo. Em ambas as plataformas, utilizou-se palavras-chave como: autismo, inclusão escolar e análise do discurso de linha francesa, com a finalidade de cercar esta busca, realizou-se uma revisão de literatura narrativa, se trata de uma análise minuciosa de publicações correntes acerca de um determinado tema, no qual foram selecionados os artigos que irão embasar esta pesquisa, contribuindo consideravelmente para os conhecimentos acerca do tema.

Nessa direção, o referencial teórico e metodológico fundamentado na análise do discurso de linha francesa, que visa analisar com profundidade o material apresentado na pesquisa, com enfoque no sujeito, discurso e linguagem, concebendo-a como mediação necessária entre homem e realidade natural e social (Orlandi, 2005).

Como afirma Orlandi (2005), em seu estudo sobre análise do discurso: “considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer, relacionando a linguagem à sua exterioridade”.

Neste viés, este trabalho é uma pesquisa de natureza exploratória, de cunho qualitativo seguindo o método de pesquisa de análise de discurso de linha francesa de Eni Orlandi, com o intuito de analisar a inclusão da pessoa autista no espaço escolar, e eliminar barreiras e estereótipos quando se tratar do autismo, investigando as práticas pedagógicas para a inserção de educandos autistas, ressaltando a formação dos profissionais a qual é indispensável para haver a educação inclusiva na prática. Diante disso, a parceria do docente da turma comum e do profissional do Atendimento Educacional Especializado é uma forte influência para o desempenho educacional destes estudantes.

Posteriormente, é abordada a pesquisa de campo, com a intenção de buscar a informação diretamente com a população pesquisada, sendo assim, um encontro mais direto com o pesquisador, para reunir as informações a serem fundamentadas (Gonsalves; 2001, p. 67).

A pesquisa é realizada em Castanhal/Pará, na escola EMEF Prof. Maria Darci da Silva, nome fictício em respeito a identidade da escola. Dessa forma, iremos realizar entrevistas semiestruturadas tanto com a professora da turma regular, quanto com a profissional do AEE. Para que possamos compreender, através dessa pesquisa, a forma que estes profissionais trabalham e incluem a pessoa autista no âmbito educacional, quebrando os paradigmas estruturais impostos pela sociedade como “normais” e “anormais”. Com a pesquisa em andamento, iremos analisar os dados que serão coletados e as informações expostas pelas professoras entrevistadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A FORMAÇÃO DOCENTE E SUA IMPORTÂNCIA DIANTE DA INCLUSÃO DA PESSOA AUTISTA NO ENSINO REGULAR

A formação deficitária dos profissionais da educação dificulta o processo de inserção destes estudantes, isto requer uma necessidade e um maior apoio nos quesitos educacionais, dentro do paradigma de inclusão (Camargo; *et al.*, 2020).

A falta de conhecimento profissional afeta consideravelmente na aprendizagem destes alunos, a inclusão é vista, pela percepção dos professores despreparados, somente pela interação do aluno autista com os demais colegas de classe regular, e a prática destes educadores era marcada pela predominância de atividades sem sentido para o estudante. Nessa conjuntura, os estudantes encontravam muitas dificuldades de acesso a escola, eram vistos como pessoas anormais e de difícil comunicação, sendo segregados dos sistemas de ensino (Yaegashi; *et al.*, 2023).

Posto isto, após a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), que trouxe mudanças na perspectiva inclusiva, apresenta-se a educação inclusiva como forma de inserir os alunos autistas nos sistemas de ensino, ao proporcionar uma educação escolar de qualidade, desenvolver sua aprendizagem e inclui-los na turma regular, para que sejam vistos como indivíduos de direitos para frequentar a escola, contribuindo com a diversidade e a diminuição do preconceito existente nas turmas e na sociedade (Ponce e Abraão, 2019).

A formação docente pode ser vista como uma possibilidade, um aperfeiçoamento da prática exercida em sala, onde com ela, os profissionais irão aderir conceitos que trabalharão em classe, e possivelmente, serão dominados na sua profissão. Pois, com domínio de sala, o docente exerce sua metodologia, de fato, e não passa a ser cuidador ou executar algo desconectado de sua atuação (Nunes; Azevedo e Schmidt, 2013).

Nesta contextura, Saviani (2011) postula que:

O importante é aprender a aprender, isto é, aprender a estudar, a buscar conhecimentos, a lidar com situações novas. E o papel do professor deixa de ser o daquele que ensina para ser o de auxiliar o aluno em seu próprio processo de aprendizagem (SAVIANI, 2011, p. 431).

À vista disso, é função do professor proporcionar uma aula inclusiva, buscando aperfeiçoamento de suas aplicações didáticas com o intuito de ajudar o aluno para sua efetiva aprendizagem. Segundo estudos de Faria; Teixeira; Correio; Amoroso e Paula (2018), é imprescindível que o(a) professor(a) tenha conhecimento sobre o autismo com a finalidade de favorecer uma experiência pedagógica de qualidade.

Mesmo com os avanços educacionais e pesquisas abordando assuntos importantes relacionados a inclusão, ainda há uma grande negligência quando dialogamos sobre educação inclusiva na prática, principalmente quando nos referimos as crianças autistas, pois por mais que a escola tenha um profissional para auxiliar aquele educando, muitas vezes ele não está apto para atender as necessidades estudantis deste indivíduo, não havendo a inclusão (Martins; Silva e Sachinski, 2020).

Vale ressaltar, as atitudes preconceituosas advindas do próprio profissional da educação, que duvidam da capacidade de uma pessoa autista em efetuar seu aprendizado como as demais crianças, comportamento este ainda vigente nas instituições de ensino. Posto isso, o capacitismo se trata de um preconceito, pois a sociedade atual valoriza pessoas e corpos a partir de referenciais padronizados, ou seja, àqueles que diferenciam do padrão considerado normal, ocorre contestações de sua capacidade de aprendizado (Sartorelli; Fonseca e Pinto, 2023).

Visualizamos a escassez de docentes e profissionais qualificados em sala de aula e no espaço escolar em geral, pois com as práticas colaborativas e formação adequada de todos os trabalhadores da instituição, a inserção da criança autista será efetivada de maneira conveniente (Leal, *et al.*, 2021). Dessa forma, a participação dos profissionais devidamente preparados demanda conhecimento, decisão e determinação para atuar na educação especial. Com a existência de leis, projetos que cercam o ensino inclusivo, nada se vale quando não é posto na prática.

Portando, a equipe pedagógica necessita cooperar para que a escola seja transformada, implementando o propósito de inclusão, com o objetivo de ensino para todos, sem exceção. É preciso entendermos como as instituições vem lidando com a inclusão, para tornar a educação mais justa e igualitária no meio social, pensando no desenvolvimento pleno do aluno. Nesse sentido, a formação docente é essencial para a efetivação no processo de ensino e aprendizagem (Alves e Rocha, 2023).

A PARCERIA ENTRE OS PROFESSORES DA TURMA REGULAR E OS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).

Como abordado no tópico anterior, a falta de profissionalização do professor regente implica diretamente nos seus procedimentos metodológicos em sala, com isto, alguns professores ainda resistem à sua própria profissionalização, assim como, na busca de

conhecimentos, alegando não possuir tempo para esse feito, conseqüentemente, gerando desconhecimento acerca do autismo (Togashi e Walter, 2016).

De acordo com o Conselho Nacional de Educação - CNE, resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, no seu Art. 7, inciso III:

Trabalho colaborativo entre pares - a formação é efetiva quando profissionais da mesma área de conhecimento, ou que atuem com as mesmas turmas, dialoguem e reflitam sobre aspectos da própria prática, mediados por um com maior senioridade, sendo que comunidades de prática com tutoria ou facilitação apropriada podem ser bons espaços para trabalho colaborativo, principalmente para professores de escolas menores, que não possuem colegas da mesma área de atuação para diálogo (CNE, 2020).

Nessa direção, o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a premissa de que seja capacitado para tal cargo, deverá contribuir com o professor regente em sua turma, observando o aluno autista com um olhar preciso, com o intuito de identificar ferramentas e estudar propostas visando potencializar seu pleno desenvolvimento (Vilaronga e Mendes, 2014).

Neste sentido, a relação entre docente do ensino regular e profissional do AEE, deverá advir primeiramente de um diálogo, onde o professor do AEE deve orientar acerca dos recursos didáticos, abordagens metodológicas, contribuindo consideravelmente. A troca de conhecimentos favorece a construção e desenvolvimento de procedimentos inclusivos, ainda limitada em muitas instituições de ensino (Nunes; Azevedo e Schmidt, 2013).

Podemos reconhecer que esta parceria de ambos os profissionais é indispensável, dessa forma, o professor que está com o aluno todos os dias certamente poderá identificar diariamente as dificuldades de aprendizagem, tendo como objetivo a inclusão, ele irá adaptar suas atividades quando necessário como forma de incluir o estudante no desempenho educativo (Nunes; Azevedo e Schmidt, 2013).

Nesse processo, o profissional do AEE poderá contribuir significativamente para com a prática do professor da turma comum juntamente com seus conhecimentos e seus recursos pedagógicos utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais. Segundo Pinheiro e Paloma (2022), a sala de recursos é um espaço que organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade para os educandos obterem uma participação mais efetiva no ensino regular, sendo de grande importância na política de educação inclusiva no país.

De acordo com o Ministério da Educação - MEC (2008), a sala de recursos multifuncionais é um espaço físico, com materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos, para que os professores trabalhem e forneçam diferentes estratégias inclusivas e assim, auxiliem no desenvolvimento do alunado.

Sabe-se que a maioria das escolas não possuem recursos suficientes, sendo um empecilho para a atuação do profissional no espaço escolar. Diante disso, a importância de a escola disponibilizar recursos para que os professores trabalhem com as crianças é uma realidade das atuais instituições (Bragança; Lione e Cavalcante, 2023).

Sendo assim, com a colaboração do profissional do Atendimento Educacional Especializado, poderão trabalhar em conjunto as necessidades escolares de cada aluno, em específico as crianças autistas, em vista que essa escassez de apoio, resultará na diminuição de práticas inclusivas no ambiente educacional, onde os profissionais do ensino regular não terão o devido suporte para trabalhar com as necessidades educativas de cada estudante, visando sua autonomia dentro e fora do âmbito escolar (Vilaronga e Mendes, 2014).

Segundo o Ministério da Educação, por intermédio das diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica:

O atendimento educacional especializado - AEE complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (MEC, 2008, p. 1).

Quando há um trabalho articulado entre estes dois profissionais, o planejamento em conjunto, com materiais concretos e didáticos, fortalece o desenvolvimento desses estudantes, para que o aluno autista acompanhe a sua turma e tenha as mesmas oportunidades de aprendizado, de modo que todos exerçam seus direitos educacionais, e assim haja de fato a inclusão na turma regular, e garanta-se uma educação de qualidade, porém, não foque somente na dificuldade da criança, sendo lúdico e enriquecedor.

Ademais, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), é um projeto que visa incluir os alunos autistas, sendo função da Educação Especial, que será disponibilizado nas escolas a partir das demandas de crianças autistas. O professor para trabalhar no AEE deve ter formação continuada, estando devidamente capacitado e tendo como objetivo o desenvolvimento de ensino-aprendizagem dessas crianças de forma eficaz com recursos pedagógicos específicos (Togashi e Walter, 2016).

Assim, o professor deve contribuir diretamente no progresso dessas crianças da educação inclusiva, oferecer suporte ao professor de classe, sendo essencial que haja essa

parceria, visando trabalhar cada desenvolvimento do aluno autista, produzindo materiais acessíveis para alunos que apresentem dificuldade em acompanhar os conteúdos da classe comum. Portanto, sabemos que a cooperação entre estes profissionais aqui destacados, diante da inclusão da pessoa autista, reforça a efetiva educação inclusiva (Soares, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão vai muito além de leis e políticas públicas criadas para inserir estes alunados, está na atuação do profissional regente, do professor do Atendimento Educacional Especializado, em como suas práticas pedagógicas são voltadas para seu pleno desenvolvimento, visto que, na educação atual, ainda há constestações de sua capacidade de aprendizado, pois há muitas especulações e estereótipos voltados para a pessoa autista no ambiente educacional. Dessa forma, com esta pesquisa, podemos perceber que com a atuação profissional, essa barreira pode ser rompida, mantendo um espaço inclusivo e acolhedor.

Nos provoca o questionamento se existem obstáculos a serem transpostos para a inclusão destes educandos no sistema formal de ensino, a partir dos dados que serão coletados durante as entrevistas, será possível averiguar quais desafios são enfrentados em sala. Desse modo, é significativo reforçar os direitos educacionais do estudante, afim de elucidar mais caminhos para uma inclusão no ambiente educacional.

REFERÊNCIAS

Alves, Leila Curcino; Rocha, Rícael Spirandeli. A importância da inclusão escolar na vida de crianças com espectro autismo: uma revisão sistemática da literatura. In: OLIVEIRA, Habyhabanne Maia (Org.). **Estudos e Tendências da Educação do Século XXI**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 1-18.

American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2014.

Bragança, Ayla de Cássia Franco; Lione, Viviane de Oliveira Freitas; Cavalcanti, Diana Negrão. O atendimento educacional especializado no desenvolvimento do estudante com autismo. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, p. e16112441080-e16112441080, 2023.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC, 2008.

Camargo, Sígla Pimentel Hoher et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em revista**, v. 36, p. e214220, 2020.

CID 10 - **Classificação Estatística Internacional de Doenças**. Organização Mundial da Saúde. São Paulo: Edusp, 2008.

Da Silva, Aline Maira. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Editora Intersaberes, 2010.

De Paula Nunes, Debora Regina; Azevedo, Mariana Queiroz Orrico; Schmidt, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013.

De Sousa Leal, Mirla Lopes et al. Análise das experiências de inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista através do AEE da rede municipal de ensino da cidade de Sobral, Ceará, Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 8, p. 84848-84870, 2021.

Faria K. T.; Teixeira M. C. T. V.; Carreiro L. R. R.; Amoroso V.; Paula C. S. (2018). Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo. **Revista Educação Especial**, 31(61), 353-370.

Góes, Ricardo. Do autismo ao transtorno do espectro autista: uma trajetória histórica pela busca do conceito, da etiologia e da hegemonia. *In* Stravogiannis, Andrea Lorena. **Autismo: um olhar por inteiro**. Literare Books, 2021. p. 7-14.

Gonsalves, E. P. Iniciação à pesquisa científica Campinas. **SP> Alinea**, 2001.

Lemos, Emellyne Lima de Medeiros Dias; Nunes, Laísy de Lima; Salomão, Nádia Maria Ribeiro. Transtorno do espectro autista e interações escolares: sala de aula e pátio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 69-84, 2020.

Martins, Jeisa Arielle; Da silva, Raquel; Sachinski, Ivanildo. Educação especial e educação inclusiva: quem são estes sujeitos na sociedade?. **Anais Simpósio de Pesquisa e Seminário de Iniciação Científica**, v. 1, n. 5, 2020.

Martins, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: Miranda, T. G.; Filho, T.A.G (org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 25-38.

Pinheiro, Marcia Inês Panzenhagen; Paloma, Micheli Isber Ruis. **O atendimento educacional especializado (AEE) pressupostos e desafios**. 2022.

Ponce, Joice Otávio; Abraão, Jorge Luís Ferreira. Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. **Estilos da Clínica**, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2019.

Sartorelli, Helisa; Fonseca, Kátia Abreu; Pinto, Naiana Paula Bocado Nunes. O capacitismo no transtorno do espectro autista. **Revincluso-Revista Inclusão & Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 19-19, 2023.

Saviani, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

Soares, Maria Paula. **Atendimento educacional especializado e o ensino regular: diálogos necessários**. 2021.

Varela, Beatriz; Machado, Pedro Guilherme Basso. Uma breve introdução sobre autismo. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, v. 1, n. 11, 2016.

Vilaronga, Carla Ariela Rios; Mendes, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, p. 139-151, 2014.

Yaegashi, Solange Franci Raimundo et al. Concepções/significações de profissionais da Educação Infantil acerca do Transtorno do Espectro Autista. **Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 146-162, 2023.

Yin, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Penso Editora, 2016

ISSN: 2359-2915



CINTEDI

V Congresso Internacional
de Educação Inclusiva &
V Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva